

Princípios de CONDUTA PROFISSIONAL dos DESIGNERS 01 Outubro 09

OBJECTIVO do código

O objectivo do presente código é estabelecer os princípios para uma base nacional de padrões éticos relativos à prática profissional do design, que sejam aceites por todos os sócios da APD.

Este código é uma adaptação do Código de Conduta Profissional para Designers publicado em 1987 pelo ICOGRADA, ICSID e IFI.

Definições

No âmbito do código, o termo “designer” incluirá:

Designers da área de comunicação gráfica e visual

(Gráfico; Gráfico publicitário; Embalagem; Ilustração; Gráfico de cinema e T. V; Multimédia)

Designers da área de produto, equipamento e industrial

(Produtos; Mobiliário; Cerâmica e Vidro; Elementos de pré-fabricação para construção civil; Cutelaria; Joalharia; Jogos e brinquedos)

Designers de interiores e ambientes

(Exposições; Interiores, industriais, comerciais e domésticos; Cenografia)

Designers da área de moda e têxtil

(Vestuário e acessórios; Calçado e objectos de couro ou similares; Têxteis; Carpetes e papel de parede)

Abrangerá indivíduos que exerçam a profissão de designer em Portugal como trabalhadores independentes ou assalariados, ou grupos de designers, actuando em parceria ou através de outra forma de associação.

Princípios GERAIS

// O designer deve seguir princípios de integridade que demonstrem respeito pela profissão, pelos colegas, pelos clientes, pelos consumidores/utilizadores e pela sociedade como um todo.

// O designer no exercício da sua actividade deve mostrar-se digno das responsabilidades que lhe são intrínsecas pela importância da sua profissão.

// No exercício da sua profissão o designer deverá manter-se sempre imparcial, não perseguindo objectivos que desonrem a ética profissional, agindo sempre com profissionalismo e competência.

A responsabilidade do DESIGNER perante a COMUNIDADE

// O designer aceita a obrigação profissional de promover os padrões sociais e estéticos da comunidade.

// O designer aceita a responsabilidade profissional de agir no melhor interesse do meio ambiente e da ecologia.

// O designer actuará de uma forma que não prejudique a honra e a dignidade da profissão.

// O designer não assumirá nem aceitará, em consciência, um cargo ou trabalho em que os interesses pessoais entrem em conflito com o dever profissional.

// O designer não assumirá nem aceitará, em consciência, um cargo ou trabalho que envolva a violação dos direitos humanos de uma pessoa ou grupo, nem que resulte na discriminação na base da raça, sexo, idade, religião, nacionalidade, orientação sexual ou deficiência.

Dever GERAL de **civilidade**

O designer, no exercício da sua profissão, deverá actuar sempre com civilidade nas relações entre as pessoas e entidades relacionadas com o seu trabalho, agindo sempre de boa fé e com honestidade.

A **responsabilidade** do DESIGNER **perante** o CLIENTE

// O designer actuará de acordo com os interesses do cliente, dentro dos limites do dever profissional.

// O designer não trabalhará simultaneamente em projectos directamente concorrentes sem informar os clientes ou empregadores em causa, excepto nos casos concretos em que é usual o designer trabalhar ao mesmo tempo para clientes concorrentes.

// O designer manterá confidenciais todas as informações de que dispuser relativamente às intenções, métodos de produção e/ou organização empresarial do cliente e não divulgará, em momento algum, essas informações sem o consentimento do cliente. É da responsabilidade do designer garantir que todos os membros da sua equipa estão também obrigados ao dever de confidencialidade.

// O designer que receber instruções do cliente ou empregador que envolvam a violação dos princípios éticos do designer deverá corrigi-las ou recusar a participação nessa tarefa.

// O designer deve manter o cliente sempre informado do desenvolvimento de um projecto, mediante marcação prévia de pontos de situação das diferentes fases identificadas do projecto.

A responsabilidade do **DESIGNER** perante OUTROS designers

// O designer não tentará, directa ou indirectamente, tomar o lugar de outro designer, nem competirá com outro designer através de uma redução deliberada de honorários ou através de outro mecanismo pouco razoável.

// O designer não aceitará, nos casos em que tenha conhecimento disso, projectos profissionais que já estejam a ser executados por outro designer sem o avisar dessa situação.

// O designer tem de ser justo na crítica e não denegrirá o trabalho nem a reputação de um colega designer.

// O designer não aceitará instruções do cliente que, conscientemente, envolvam plágio, nem agirá intencionalmente de uma forma que envolva plágio.

Direitos de AUTOR

// O designer não deverá reclamar autoria individual de um design em que outros designers tenham colaborado. Caso este tenha sido elaborado em co-autoria com outros designers ou entidades, deverá indicar sempre os nomes desses co-autores.

// Quando não for o único autor do projecto, o designer está incumbido de identificar as suas responsabilidades ou envolvimento no design. Exemplos de tais trabalhos não podem ser utilizados em publicidade, portfolios ou divulgações sem clara identificação das áreas de autoria.

// O designer, ao desenvolver projectos por conta de outrem, deverá sempre pedir autorização à entidade empregadora para os divulgar como seus, mencionando sempre o nome da entidade com quem colaborou.

A remuneração do DESIGNER

// O designer cobrará honorários, royalties, salário ou outra remuneração acordada com o cliente ou empregador e não efectuará trabalhos a convite de clientes sem o pagamento de honorários adequados. O designer pode, contudo, efectuar trabalhos para organizações de caridade ou sem fins lucrativos sem cobrar honorários ou a um preço reduzido.

// O designer, antes de aceitar um projecto, indicará ao cliente, de forma detalhada e clara, qual a base de cálculo da remuneração total.

// O designer, que esteja financeiramente comprometido com uma empresa, firma ou agência que possa beneficiar de eventuais recomendações feitas por si no decurso do trabalho, avisará antecipadamente o cliente ou o empregador sobre este facto.

// O designer, a quem lhe seja pedido que dê o seu conselho na selecção de um designer, não aceitará nenhum pagamento do designer recomendado, sejam quais forem os métodos de pagamento.

Concursos

O designer tenderá a não participar em concursos internacionais ou nacionais, públicos ou privados, cujas condições não estejam em conformidade com as directrizes estabelecidas para os concursos pelas principais organizações internacionais relativas ao Design e à actividade do designer: ICOGRADA, ICSID E IFI, pelas quais a APD se rege.

PUBLICIDADE

// Os materiais publicitários só podem conter informações factuais verdadeiras. A publicidade tem de ser justa para os clientes e outros designers e estar de acordo com a dignidade da profissão.

// Recomendamos o cumprimento nesta matéria do Código de Conduta do ICAP, que foi adoptado em 1991, a partir do Código das Práticas Leais em Matéria da Publicidade da autoria da CCI - Câmara de Comércio Internacional.

// O designer pode autorizar o cliente a usar o seu nome para promover projectos que aquele tenha concebido ou serviços que tenha prestado, mas apenas de um modo que seja adequado ao estatuto da profissão.

// O designer não autorizará a associação do seu nome a um projecto que tenha sofrido tantas alterações por parte do cliente ao ponto de já não poder ser reconhecido como o projecto original do designer.

Dia EUROPEU do DESIGN 01 Outubro 09